

ENTREVISTA

Celso Amorim*: pensando o Brasil além-mar

Celso Amorim: thinking about Brazil overseas

Ana Inês Simões C. de Melo**

Monica de Jesus Cesar***

“Reconstruir ‘laços de confiança’¹ é um dos principais desafios de uma política externa que defenda os interesses nacionais sem abandonar a solidariedade e o respeito por nossos vizinhos. Superar as brutais desigualdades e romper com a dependência externa é, e continuará a ser por muito tempo, uma tarefa de todos os que desejam uma América Latina mais justa e autônoma. A nova geopolítica mundial, com seus traços de multipolaridade e de rivalidade bipolar entre Estados Unidos e China, apenas reforça essa necessidade.” (Celso Amorim, 2022)²

É uma honra para nós, da *Em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea, poder contar com as preciosas contribuições de Celso Amorim, em sua longa e intensa trajetória diplomática, como embaixador, como ministro e demais posições ocupadas em distintos governos no país. Ressaltase as últimas inserções nos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), quando muito se caminhou também em termos de política externa para o Brasil.

O convite aceito foi formulado pela Equipe Editorial a fim de complementar a proposta do Dossiê, desta edição, em proporcionar reflexões e

.....
*Diplomata do Instituto Rio Branco, desde 1963, com incursão no cinema, embaixador e representante do Brasil na ONU, atuou, ainda como ministro das Relações Exteriores nos governos de Itamar Franco e Lula da Silva e da Defesa no primeiro mandato de Dilma Rousseff, com vários livros publicados, entre estes o último aqui citado (AMORIM, 2022), do qual retiramos a citação em epígrafe – Cf. nota de rodapé 2.

** Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Rio de Janeiro, R.J., Brasil, E-mail: iness@infolink.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6624-5751>.

*** Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Rio de Janeiro, R.J., Brasil. E-mail: mojesar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3395-5087>.

¹ Nota de rodapé do original, na qual o autor explica como lhe ocorreu esta expressão utilizada para nomear este livro (AMORIM, 2022) do qual retiramos a citação em epígrafe.

² AMORIM, C. *Laços de confiança: o Brasil na América do Sul*. São Paulo: Benvirá, 2022.

DOI: 10.12957/rep.2023.72497



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

o debate sobre os projetos para o Brasil. Ressalte-se que a entrevista foi realizada em agosto de 2022, quando nosso convidado encontrava-se em momento assoberbado, antecedendo o período de eleições presidenciais no país, o que demarca o conteúdo datado, como também exige reforçar o nosso agradecimento por sua cuidadosa atenção e gentileza em aceitar o nosso convite.

Tal como expresso na epígrafe desta entrevista, pelas próprias palavras de nosso entrevistado, entre as tarefas para o Brasil, certamente se integra a de nossa política externa, na qual caberá restituir e reafirmar os “laços de confiança”, recolocando o nosso país em seu lugar no mundo. Mundo este que atravessa a disputa em prol de uma organização multipolar e na qual prevaleça a perspectiva civilizatória e democrática com a soberania dos povos frente a um estágio do capital cada vez mais destrutivo e predatório e, também, marcado por retrocessos em direção à incidência do pensamento conservador e que se associa, ainda, a perspectivas (ultra)neoliberais – características que conhecemos e experienciamos bem nos últimos anos em nosso país.

Que tenhamos todos e todas uma boa leitura!

Em Pauta – O Brasil direcionou sua política externa, nos últimos quatro anos, a um alinhamento com nações e chefes de Estado com nítidos posicionamentos de “extrema direita”, ascendente em várias partes do mundo. Em determinadas afirmações, o atual presidente colocou o país numa inédita condição de chacota e subserviência. Em sua avaliação, quais os impactos e/ou implicações dessas posições nas relações internacionais? E, ainda, quais as principais estratégias a serem adotadas para um reposicionamento do país mais próximo às suas tradições no campo da política externa e de valorização da soberania nacional?

Celso Amorim – Eu tenho, de alguma forma, 60 anos de ligação com a política externa. Eu fiz exame para o Rio Branco em 1962, depois, eu estive fora do Ministério, mas sempre fui muito ligado e até hoje mantenho ligação com o tema, como vocês sabem. Falando pela minha experiência, eu diria que nunca vi uma situação dessas. Mesmo no pior momento do governo militar não foi assim. Talvez porque a condição do mundo fosse diferente, eu estava na Inglaterra, era um jovem diplomata. Mas, mesmo com as graves acusações sobre tortura que ocorriam no Brasil, existia uma compensação, entre aspas, sobre a imagem do Brasil, sobretudo da grande mídia, ligada ao capitalismo financeiro e ao capitalismo em geral. O país estava crescendo economicamente, existiam oportunidades de investimento. Então, isso meio que equilibrava. Hoje em dia não há equilíbrio algum. O Brasil é criticado por todos os aspectos: pelo que faz internamente, pela maneira como age externamente

e não dá para separar as duas coisas. Porque não só é uma política externa incrivelmente – não sei nem definir – catatônica, porque não procura se relacionar, nem com os vizinhos, nem com as grandes potências. O governo Bolsonaro consegue o quase milagre de brigar com a China e com os Estados Unidos ao mesmo tempo. O chanceler anterior disse que o Brasil era um pária, que deveria ser um pária e que isso era bom. A política de direitos humanos, de desmatamento – a ausência de política e, em alguns casos, uma política ativa de destruição –, tudo isso tem um reflexo lamentável no mundo. É muito triste porque a expectativa em relação ao Brasil é muito grande. Ela aumentou muito no governo Lula e nos governos do PT, eu diria, mas ela já vinha de antes. Eu fui embaixador na ONU, por exemplo, no governo do Fernando Henrique, e eu me lembro de situações em que a posição do Brasil era muito valorizada. Quando eu, como embaixador do Brasil, membro não permanente do Conselho de Segurança, fui chamado pelo embaixador do Japão, que era o presidente do Conselho, para presidir um comitê sobre uma questão da antiga Iugoslávia – não vou entrar em muitos detalhes, mas era questão de fronteiras – eu disse: “– Mas por que o Brasil? Por que eu?”. Eu me interessava por vários outros temas, como Iraque e Angola, que é muito importante para a política externa brasileira. E ele disse: “– Porque o Brasil é o único que é aceito pela Rússia e pelos Estados Unidos.”. Então, você vê a diferença entre ser o intermediário, o interlocutor privilegiado, para um pária. Você vê a diferença da maneira com que os líderes europeus recebem o ex-presidente, que é o Lula, e o gelo total com o presidente atual.

Não é só uma questão ideológica, é claro que a ideologia contribui, mas me chamou muito atenção que, há uns dois anos, no início da pandemia, o então presidente da Colômbia, Iván Duque, fez uma reunião virtual sobre colaboração para combater a pandemia e convidou o presidente do Uruguai, Lacalle Pou, e o presidente do Chile, que era o Sebastián Piñera – ambos conservadores como ele –, mas não convidou o Bolsonaro, que era o mais conservador de todos, porque o Bolsonaro era tóxico. E estou falando de um presidente de direita. Algumas pessoas falam: “– o Brasil não tem uma relação forte com a Argentina”. Esse governo não tem relação forte com ninguém! Em todos os aspectos, o mais gritante, aqui na região, foi com relação à Venezuela. Há alguns dias, ouvimos uma declaração do presidente atual da Colômbia sobre o Guaidó – que é reconhecido pelo Brasil – de que ele não existe. É a melhor definição que eu já ouvi.

Tudo isso deixa o Brasil muito isolado. No caso dos EUA, apesar da subserviência que você mencionou, o governo conseguiu fazer o milagre de se indispor com o presidente norte-americano – apesar de subserviente aos Estados Unidos como país –, porque adotou uma política de apoio ostensivo ao Trump, inclusive subscrevendo as acusações de fraude na eleição. Então, é um desastre. Com relação à China – para citar só uma coisa – o então chanceler chamou o vírus de “vírus chinês” e de “comuna vírus”. Nem no pior momento da Guerra Fria, houve esse tipo loucura. Eu acho que

algumas pessoas no Brasil não avaliam o absurdo que essas coisas representam internacionalmente, então vai ser difícil superar.

Agora, a estratégia para superar isso – e eu não sei quando sair a entrevista – é ganhar a eleição. Obviamente, eu acho que uma vitória do Lula rapidamente já desanuviaria o clima. É claro que, para recuperar a credibilidade, vai tomar um certo tempo e também existirá o temor da volta do bolsonarismo. Assim como existe um temor da volta do Trump. Por isso seria muito importante uma vitória com uma boa margem e a tomada de medidas que imediatamente mudem a percepção que há sobre o Brasil em relação a dois ou três temas: clima, direitos humanos (inclusive direito da mulher, racismo, indígenas) e um mínimo de racionalidade e pragmatismo na política internacional. Só isso já mudaria muito. E fazer isso de maneira clara, com gestos que demonstrem isso. Depois, você vai desenvolver uma estratégia para integração latino-americana ou sul-americana – aí existe uma sutileza – ou uma estratégia para as relações com a Europa. Enfim, por aí vamos, numa neutralidade – na verdade, neutralidade não é bem o caso –, mas uma não opção dentro desse conflito que se desenha, cada vez mais forte, entre Estados Unidos e China.

Em Pauta – Na atual política externa, há uma linha de atuação claramente voltada para fazer o Brasil integrar a OCDE. O Brasil pleiteia entrar e já cumpriu boa parte dos requisitos normativos para atender os objetivos da entidade nos setores econômico, financeiro, comercial, social e ambiental. Quais as vantagens e/ou desvantagens de o Brasil integrar a OCDE?

Celso Amorim – Olha, eu, sinceramente, não vejo muita vantagem, mas eu também não quero criar uma aversão ideológica *a priori*. Na época em que eu fui ministro, os estudos feitos, inclusive com participação do IPEA, do Ministério da Fazenda, indicavam que o Brasil não tinha muito a ganhar. Pelo contrário, a OCDE acabaria restringindo certas políticas em relação, por exemplo, a propriedade intelectual, compras governamentais... Embora, na OCDE, não haja retaliação ou sanções – diferentemente do que ocorre na OMC, ela cria uma pressão muito forte, que eles chamam de *peer pressure*, a pressão dos pares para você se manter ali dentro. Aquilo é um clube, você entrou para o clube e a expectativa é que você respeite as regras.

Vejo vantagem sim em manter o diálogo constante com a OCDE. A gente participa de alguns comitês da OCDE – muitos estão abertos a não membros –, pois são coisas que nos interessam, como questões fitossanitárias, e houve também o acordo que ajudou a resolver a disputa entre a Embraer e a *Bombardier*. A gente usa o que ela tem de bom, mas sem se obrigar com aquelas coisas que enrijecem demais a política. Temos que ver isso com calma, e isso vale para qualquer governo. O pior erro do negociador é ter pressa. Já que o acordo ainda não foi firmado, já que os próprios europeus,

outros membros da OCDE, têm dúvidas sobre a entrada do Brasil por causa da política climática etc., vamos olhar isso com calma.

Eu só assinalo uma outra questão, que eu acho que tem que se levar em conta: nenhum outro membro dos BRICS é membro da OCDE. Um último raciocínio é que as pessoas dizem que entrar para o OCDE vai trazer muito investimento. O Brasil, ao final do governo do presidente Lula, que eu acompanhei mais de perto, mas também no Dilma, foi o terceiro maior receptor de investimentos do mundo. Ficou só depois de Estados Unidos e China (não me lembro mais em que ordem). Não foi o maior entre os países em desenvolvimento, foi o terceiro maior do mundo. Muito mais do que o México, que é membro da OCDE e é um país também de porte comparável. Então, eu não vejo, nem pelo lado empírico e nem pela análise das normas, uma grande vantagem. Agora, eu também não quero manter uma postura ideológica: “– ah, não, é o clube dos ricos, não vamos entrar”. Vamos analisar. Eu, pessoalmente, neste momento, não vejo vantagem, mas é uma coisa para ser estudada, junto com os órgãos de governo.

Em Pauta – As eleições na América Latina, ao longo das duas últimas décadas, revelam uma alternância entre tendências de centro-esquerda e de matriz conservadora nos processos de alternância de poder em diversos países. Além das variações no espectro político-partidário, elas encerram também processos de avanço e, sobretudo, de regressão no campo social com o aprofundamento das desigualdades. Como construir uma unidade no contexto latino-americano diante dessas tendências que, de fato, apontem para uma efetiva ampliação dos direitos sociais, reconhecimento dos direitos humanos e integração econômica?

Celso Amorim – Eu acho que temos que fazer uma diferenciação entre a América Latina e a América do Sul. O México e os países da América Central têm uma ligação com os Estados Unidos muito forte. Eu acho que há muita coisa em que nós podemos e devemos trabalhar juntos. Tenho muito apreço pela política que tem sido levada adiante pelo México, pelo López Obrador, e também por outros países. Agora, obviamente, ele tem uma relação com os Estados Unidos que é inevitável, é inexorável. E não tem nada de ideológico isso. Não dá para brigar com a Geografia. Isso cria oportunidades, mas também limita. Por exemplo, é quase impensável você ter uma união aduaneira que envolva toda América Latina, como é no Mercosul.

Dito isto, a integração é um objetivo a médio e a longo prazo que tem sido levado adiante com maior ou menor intensidade. Certamente isso ocorreu no governo Lula e no governo Dilma. Diria que sobretudo o governo Lula, porque no governo Dilma já foi uma continuação disso – embora eu tenha sido ministro do governo Dilma e tenha procurado aprofundar a integração também na parte da Defesa. Mas, embora isso tenha sido levado

com mais intensidade, é uma política que vem de longo prazo, não é uma coisa só da esquerda. É uma consciência, sobretudo desde a criação do Mercado Comum Europeu, depois Comunidade e União Europeia, de que a integração é fundamental para a economia. Tanto é que o primeiro grande movimento de real integração no que diz respeito ao Brasil foi o Mercosul, que teve início com dois governos de centro, Alfonsín e Sarney. E foi muito importante, não há como diminuir. E o Tratado de Assunção já foi no governo Collor, mais de direita ainda, mais neoliberal.

O que eu quero dizer é que nada nos impede de fazer uma integração plural. Mesmo durante o governo Lula, que foi quando nós criamos a Unasul, fortalecemos o Mercosul e, depois, ajudamos a criar a CELAC, integrando a América Latina, o primeiro grande movimento foi o acordo entre o Mercosul e o Peru, que era um país de centro-direita, na época governado pelo Toledo. Logo em seguida, esse acordo se expandiu para ser Mercosul – Comunidade Andina. E da Comunidade Andina fazia parte o Chávez, mas também fazia parte o Uribe. E o Uribe, mesmo sendo de direita, foi o primeiro a convidar um presidente brasileiro, o Lula, para uma cúpula da Comunidade Andina. Claro que, quando você tem governos com afinidade ideológica, isso ajuda a avançar em várias áreas, como a área social, de direitos humanos, de meio ambiente etc., não há dúvida disso. Mas a integração pode continuar mesmo com uma certa pluralidade. Agora, quando você teve uma maioria de direita vindo logo em seguida a esses governos progressistas, como foi a situação quando era Macri e depois Bolsonaro, aí foi um desastre. Foi um desastre porque tudo se desfez. Só o Mercosul eles não conseguiram ainda desfazer. Aliás, para mim, sublinha um fato muito importante que, às vezes, é deixado de lado, que é a integração econômica, porque ela é absolutamente fundamental, é o cimento para as outras integrações. Eles acabaram com a Unasul, então tudo isso foi muito ruim. Eu acho que agora volta uma situação muito melhor, que muito depende da eleição no Brasil. A gente não pode esquecer que quando você fala da América do Sul, o Brasil é a metade. É metade em população, metade do território, metade do PIB. A consciência desse fato existe entre os nossos vizinhos. Vários nos dizem “– não, sem o Brasil não dá para fazer a integração da América do Sul, não dá para a América do Sul ter uma personalidade”. Eles podem fazer coisas boas e positivas – e, claro, farão, com certeza –, mas eu acho que para ter uma integração na região, tem que ter Brasil. Eu só vejo isso possível, com o quadro que existe hoje, com uma vitória do presidente Lula.

Em Pauta – Como o senhor avalia os desafios que o Brasil tem pela frente em relação aos BRICS? Sobretudo, considerando: a guerra na Ucrânia e as sanções decorrentes à Rússia; a conseqüente aproximação da Rússia à China; a solicitação de ingresso de novos membros, como a Argentina; e o tensionamento provocado pelas principais nações imperialistas. Como este novo

alinhamento das relações econômicas, políticas e militares no denominado bloco poderá afetar o Brasil nos próximos anos?

Celso Amorim – Eu acho que é preciso deixar claro que os BRICS não são propriamente um bloco, no sentido que você poderia chamar o Mercosul, a União Europeia, ou a OTAN, aí já por razões militares. Nós não temos nenhuma instituição de colaboração militar entre os BRICS, até porque os BRICS reúnem dois países que, do ponto de vista de defesa, têm grandes rivalidades, que são China e Índia. Existem aproximações, mas também rivalidades. Não podemos chamar de bloco. Nunca houve a ideia de fazer um mercado comum dos BRICS. Quando você fala na possibilidade de uma moeda comum isso seria apenas, talvez, um reconhecimento de que o *yuan* chinês tem cada vez um papel mais importante nas trocas comerciais do mundo e também pode ser usado como alternativa ao dólar. Mas não é uma moeda dos BRICS. Não se pode pensar nisso.

Então, o que eu vejo aí é o seguinte: os BRICS têm um papel muito grande para o equilíbrio do poder no mundo, sobretudo para o equilíbrio do poder econômico, e nós devemos tratar de mantê-lo e incentivá-lo. Por exemplo, eu acabei de falar de moeda. Acho muito difícil você ter uma moeda comum, mas não vejo nada que nos impeça de incentivar os pagamentos em moeda nacional como passo nessa direção. É claro que a guerra na Ucrânia é um complicador, pelas sanções, por uma série de razões, mas eu acho que não deve nos impedir de continuar com a experiência do BRICS, porque eu acho que é necessário um equilíbrio econômico do mundo. E um equilíbrio político, até certo ponto também, porque o BRICS, embora não seja uma organização, como eu mesmo sublinhei anteriormente, não deixa também de discutir política. Em algumas coisas concordamos, em algumas discordamos, também é preciso ter presente isso. Por exemplo, estou falando do passado, porque agora os desafios do futuro são mais complexos, em termos de reforma da ONU: Brasil, Índia e África do Sul têm uma posição, a favor da inclusão de novos membros permanentes do Conselho de Segurança, mas China e Rússia tinham outra visão. A Rússia tem mudado um pouco, já a China não diz que é contra, mas também não facilita, porque qualquer reforma, provavelmente, incluiria também o Japão e a Índia, que não deixa de ser uma rival. Enfim, não quer dizer que os BRICS sejam um bloco, que tem que estar sempre de acordo com tudo, não é isso. Eu acho que é uma relação importante, é um fórum importante porque você pode ter colaboração em energia, em alimentos, em saúde, em economia também, sem ter a pretensão de fazer um mercado comum. Acho que aí não seria, pelo menos em um horizonte previsível, algo possível.

Eu acho, sim, que os BRICS têm uma importância muito grande e acho, também, que os BRICS podem ter uma importância até com relação à guerra. Não sei por quanto tempo esse conflito vai se estender, mas ou ele vai acabar ou nós vamos acabar...Porque, diferentemente dos outros conflitos

que houve desde 1945 para cá, é um conflito não na periferia do sistema político, mas no centro do sistema político. Todos esses teóricos de geopolítica – Mackinder e outros –, quando falam do coração da Terra (*heartland*), estão falando da Eurásia. É claro que o mundo mudou de lá para cá, mas, de qualquer maneira, é um núcleo. Então, é uma coisa gravíssima, pois, de certa maneira, os dois lados têm armas nucleares – porque um lado não é só o Zelensky, não é só a Ucrânia, mas é também quem está apoiando. A hipótese do uso de armas nucleares tem sido cada vez mais mencionada – sempre atribuída aos russos e para criticar –, mas estes mesmos estudos admitem que o Ocidente use também para reagir. Então, a hipótese de uma guerra nuclear passa a ser tratada não como algo impensável, mas algo que – não vou dizer que há uma alta probabilidade, está no domínio das possibilidades. Então, é muito lamentável e é preciso acabar. Se ela não acabar, até o período do novo governo – e se o novo governo for o que eu espero –, eu acho que o Brasil pode tentar até ajudar nas suas conversas com a Índia, com a Rússia, com a China, com a África do Sul.

Com relação à ampliação dos BRICS, eu sou cuidadoso em geral, mas nesse caso sou a favor, acho que não é mal. No caso da Argentina, que já foi aparentemente convidada ou, pelo menos, sondada, eu sou a favor. A Argentina só fortalece o Brasil e vice-versa, então eu acho que fortalece a América do Sul e a América Latina, numa discussão global. Eu sou a favor, também, de um outro africano. Eu acho que isso tornaria os BRICS mais equilibrado.

A verdade é o seguinte: vocês sabem a ideia de BRICS, não como bloco, apenas assim como um acrônimo, é de um economista inglês, que foi, depois, até Ministro do Tesouro na Inglaterra, Jim O' Neill. Na realidade, ele não propunha que nós criássemos um bloco (não tinha África do Sul, na visão dele). Ele escreveu um artigo chamado "*Building Better Global Economic BRICS*", fazendo um trocadilho com a palavra tijolo em inglês, dizendo que, se era para construir uma ordem econômica internacional mais sólida, esses grandes países teriam de participar. A criação dos BRICS é uma longa história, que eu não vou me aprofundar aqui com vocês, mas é uma criação política e, dentro dessa criação política, o Brasil teve um papel fundamental. Quando isso ocorreu, a China já era, talvez, o país mais dinâmico entre os emergentes. Mas hoje já não é mais isso, hoje a China, queira ou não, é uma superpotência e será ao longo desta década. Já é, até, de acordo com alguns critérios, a maior economia do mundo. Então, é preciso também equilibrar um pouco os BRICS. Por exemplo, entrar Argentina, Indonésia, entrar um outro africano, talvez, a Nigéria ou o Egito. Claro, um grupo maior é mais difícil de você coordenar, mas, também, daria mais legitimidade, inclusive mais equilíbrio interno aos BRICS. Mas isso já seria algo para médio/longo prazo. No curto prazo, a questão é de manter os BRICS atuantes e, obviamente, cientes das dificuldades que a guerra causa, mas, também trabalhar para que guerra termine.

Em Pauta – Gostaríamos que o senhor comentasse a política “antichinesa” do Governo Bolsonaro, considerando a ascensão da China à categoria de potência mundial e que desponta como um dos principais países parceiros de investimentos, crédito internacional e comércio – integrando, inclusive, os BRICS –, além do acesso à tecnologia e a inovação, onde vem se consolidando como vanguarda.

Celso Amorim – Essa concepção de pária, eu nunca vi. Eu vivi os governos militares e os discursos na Assembleia Geral da ONU eram muito melhores do que o discurso que o Bolsonaro fez. Andou até circulando nas redes uns vídeos do discurso do Figueiredo em 1982 – eu não tenho nenhuma simpatia pelo Figueiredo, ele me demitiu da Embrafilme porque eu financiei um filme que tratava do tema da tortura –, mas era o discurso de um estadista. É claro que alguém escreveu para ele, mas é o discurso de um estadista, é um discurso que não envergonha ninguém, é um discurso como de outros líderes do terceiro mundo. É interessante o contraste com o discurso do Bolsonaro. O discurso de Bolsonaro é solecista, ele só fala para si próprio e para o grupo dele, é uma coisa lamentável. Lamentável do ponto de vista de nível intelectual, não é só de posição política não. É uma coisa assim que não passaria. Eu, se fosse professor do Rio Branco, e dissesse “– escreva um discurso como se você fosse o presidente do Brasil” e recebesse aquele discurso, eu reprovava – não por ser de direita, mas por ser de uma ignorância total. Eu acho que vou ficar por aí nesta resposta.

Em Pauta – O contexto pandêmico de *coronavirus disease 19* (a pandemia da Covid-19) evidenciou nossa enorme dependência de tecnologias e insumos que são produzidos em países que compunham os BRICS, do qual também participamos, com destaque para a China e a Índia. Muito pouco, ou quase nada, dessas relações, pode ser revertido em condições mais favoráveis e ágeis para o acesso aos insumos e tecnologia e para parcerias e convênios. O enfrentamento desta nossa dependência tecnológica é um ponto central da agenda internacional do país? Quais os caminhos que o senhor identifica como necessários de serem trilhados nesse campo?

Celso Amorim – Olha, a cooperação tecnológica é uma das coisas de que mais se fala e que é mais difícil fazer, na minha experiência. Mas tem que se tentar, sobretudo quando se fala de países parceiros, de um nível de desenvolvimento semelhante. Também é preciso dizer que nós temos que fazer uma política interna de apoio às indústrias nacionais muito forte. Outro dia, conversando com uma alta funcionária da ONP, ela dizia que a indústria de genéricos na Índia é uma indústria de inovações e a nossa indústria de genéricos é uma indústria de cópias. Claro que nesse caso a cópia é legítima, porque um dos objetivos é fazer os remédios chegarem ao povo de maneira

mais barata. Eu me lembro que, na época em que eu trabalhei no Ministério de Ciência e Tecnologia, com o Ministro Renato Archer, todo mundo falava “– ah tem muita cópia, muita imitação”. Mas havia um ministro japonês que dizia que o segredo para o desenvolvimento em relação a tecnologia era “– imitar, imitar, imitar e depois criar”. Então, não é que eu seja contra a cópia, a cópia é fundamental. O ser humano aprende copiando, o filho copia o pai, mas é uma fase, se passar a vida inteira copiando, aí acaba se tornando uma pessoa sem grande interesse para a humanidade.

Então, eu acho que essa colaboração com China e Índia especialmente, a Rússia também, de certa maneira e mesmo Cuba, que é um país muito mais desenvolvido que o Brasil do ponto de vista tecnológico em algumas áreas: fez duas vacinas, com tecnologia própria, e o Brasil não tem essa capacidade. O Brasil tem capacidade científica, mas não tem capacidade industrial para fazer isto. O Brasil tem excelentes cientistas na Fiocruz, no Butantã, em vários lugares, em universidades. Aí, volta a questão da OCDE: se nós formos seguir à risca as regras da OCDE, nós vamos ter muitas dificuldades de desenvolver a nossa indústria de genéricos, até porque a OCDE é feita para proteger esse mundo capitalista. Não é porque ela é má, mas é porque ela nasceu assim, com esta ideia, com este objetivo. Então, por exemplo, as legislações sobre patentes são muito rígidas, as compras governamentais são reguladas de uma maneira que não permite o incentivo à indústria, mas nós precisamos usar as compras governamentais. Quando fui Ministro da Defesa no governo Dilma, nós procuramos usar compras governamentais para estimular nossa indústria de Defesa. Não é porque a gente é armamentista não, mas é porque é um meio de desenvolver a tecnologia. E eu acho que nós temos que usar esse instrumento para colaborar para o desenvolvimento das áreas de Saúde e Defesa. E a Defesa tem uma repercussão em muitas outras coisas. A internet, por exemplo, é produto de pesquisa paga pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, pelo Pentágono. Várias outras coisas, como a pesquisa espacial, que é tão importante hoje em dia para monitoramento do meio ambiente, foi desenvolvida pela NASA. Quer dizer, não é a Defesa *stricto sensu*, mas é também ligada a compras de governo. Então, eu acho – voltando à sua pergunta – que nós temos que sim cooperar com China, Índia, África do Sul – que também em muitos setores é muito avançada –, com outros países em desenvolvimento, mas cuidando também de fortalecer a nossa estrutura industrial. A estrutura científica já é muito boa, só não pode deixar enfraquecer com este corte de recursos.

Em Pauta – Complementando a questão anterior, as perspectivas brasileiras de um projeto industrial para o país foram praticamente anuladas nos últimos anos. Considerando a perspectiva de um governo mais democrático para o país, como o senhor percebe as possibilidades de algum resgate nesta direção, tendo em vista a inserção do Brasil na atual divisão internacional do trabalho?

Celso Amorim – Em termos de programa, eu não tenho dúvidas que o programa desta coalizão vai neste sentido. Agora, não é fácil realizar. Historicamente, esta desindustrialização do Brasil começou muito antes; ela se acelerou brutalmente agora, mas começou muito antes. Houve uma certa recuperação, nos governos do Lula e da Dilma, por exemplo, da indústria naval, embora com forte participação do capital estrangeiro. Pelo menos eram indústrias estabelecidas aqui, que criavam vários subprodutos etc.

É um esforço, é uma luta contra a corrente, porque se a gente vai seguir estas políticas de austeridade fiscal, de procurar sempre o mais barato etc., liquida a indústria brasileira, que, aliás, foi o que aconteceu. É interessante que isso foi percebido não apenas por economistas nacionalistas como Bresser-Pereira, como o Luciano Coutinho, o Belluzzo, mas foi percebido pela revista *The Economist*. A revista *The Economist* tem um estudo, feito há pouco tempo, mostrando que, das grandes economias, a economia brasileira foi a que mais aceleradamente se desindustrializou e de maneira mais perversa. Porque, às vezes, as pessoas dizem “–mas é que a economia moderna é uma economia de serviços”. Isso é verdade até certo ponto. A Alemanha, por exemplo, tem uma base industrial muito sólida, a China tem uma base industrial muito sólida. Então, uma coisa é ligada a outra. E nas economias que tiveram uma relativa desindustrialização, o que é verdade em alguns países da Europa, como no Reino Unido, que por outro lado conseguiu se especializar em serviços de alto valor agregado. Nesse caso, as pessoas que saíram do emprego industrial, no conjunto, se empregaram em trabalhos de alto valor agregado. No Brasil, isso não ocorreu – e isto está na revista *The Economist*, não sou eu quem está dizendo, não é nenhum economista de esquerda do Brasil –, as pessoas foram para trabalhos precarizados, o que é uma característica da economia moderna também. Eu acho que precisamos de uma política industrial muito firme. Aliás, é o que o Biden está tentando fazer nos EUA, com apoio à indústria digital, com apoio, inclusive ligando isso à economia verde, a investimentos. Nesta última lei aprovada pelo Congresso norte-americano, o foco do apoio e dos subsídios governamentais são clima e saúde. Para você ver. Enfim, então, os neoliberais aqui... as coisas boas dos americanos eles não copiam.

Em Pauta – A política ambiental do governo Bolsonaro, com o desmonte do Ministério do Meio Ambiente, a degradação da política indígena e quilombola, a anulação da atuação de órgãos como a Funai e o Incri, bem como o aumento exponencial do desmatamento e das queimadas no país, fazem ruir a imagem do Brasil como um importante agente de combate às mudanças do clima e de preservação da Amazônia aos olhos da comunidade internacional. Isto de fato prejudica acordos e compromissos em âmbito multilateral e diminui e/ou interrompe o fluxo de entrada de investimentos no país?

Celso Amorim – a sua pergunta já contém a resposta, muito simples: Sim!

Em Pauta – O senhor gostaria de comentar mais alguma coisa?

Celso Amorim – Na realidade, o Governo Bolsonaro, apesar dessa aparente loucura – e real, até certo ponto, loucura –, tem um objetivo, que ele mesmo anunciou, que era desconstruir o Brasil. Eu já passei pela área da Cultura – como eu digo, tenho quase 60 anos dedicados à diplomacia, mas estive também em outras funções: fui presidente da Embrafilme, Secretário de Relações Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia e fui Ministro da Defesa –, o que se vê, é uma destruição sistemática das instituições brasileiras. Até das Forças Armadas, até o poder fiscalizador do Exército, em relação às armas, ele retirou. Quer dizer, do INPE ao IPHAN, passando pelas universidades e pela rede de saúde, ele procurou destruir tudo. Qual é o objetivo disso? Para mim, é até difícil de compreender, mas é isso, ele mesmo disse: é desconstruir. E se nós formos levar a sério, acho que se precisa levar numa análise, as palavras do primeiro chanceler, o Ernesto Araújo, quando ele fala da política externa, ele diz que é preciso superar a política externa dos últimos 40 anos. Quer dizer, ele não está falando só do Lula e da Dilma, ele está falando do Fernando Henrique, está falando do Collor, está falando do Sarney, está falando até do Geisel. Quer dizer, tudo que foi construído de positivo da política externa tem que ser destruído. Eu acho que isso é muito importante entender, porque isso é um objetivo real. Essas loucuras todas e essas grosserias elas têm um sentido. Têm um sentido, de acabar, inclusive, com os relacionamentos. Por que as pessoas são educadas no relacionamento umas com as outras? Porque é a maneira de você manter a vida social, não é? O que não quer dizer que o ser humano não tenha impulsos de ser grosseiro, mas a gente tem, sim, que reprimir, para poder viver em conjunto. Se você for se ater à ciência política, voltando ao Hobbes – o Estado existe até para garantir este relacionamento entre os cidadãos.

E eu acho que – eu gostaria que isso fosse reproduzido, para não deixar dúvidas: eu estou falando antes das eleições – nós estamos vivendo hoje uma eleição que é de uma importância fundamental porque não é uma importância só para o Brasil, mas é de importância para o mundo. O Brasil é um dos maiores países em desenvolvimento, é um país em desenvolvimento que tem um histórico de um Celso Furtado, tem um histórico de planejamento, tem um histórico de desenvolvimentismo e tem, também, um histórico de neoliberalismo. Então, essas questões que estiveram em jogo no Chile, que estiveram em jogo na Colômbia, no Brasil elas ganham uma dimensão muito grande, com influência no mundo. Isso, também, do ponto de vista civilizatório, dos direitos humanos, dos direitos reprodutivos da mulher, dos direitos indígenas, dos negros. O Brasil tem uma maioria da população negra, ou, de uma maneira ou de outra, afrodescendente, e fez muito pouco! Os governos

Lula e Dilma fizeram, tiveram um trabalho nessa área, mas ainda há muito para fazer! Se você olhar na elite, qualquer reunião como essa que nós estamos tendo, mesmo entre pessoas progressistas, é raro ver um negro, é raro! E são 50% da população, depende um pouco de como você considera, mas nós temos muito o que fazer. Indígenas a mesma coisa – não é uma proporção tão grande, mas aí é um respeito à cultura, um respeito, enfim, às raízes. Eu acho que nós temos que aprender também com os outros. O que me faz ser um pouco otimista é ver essa evolução, não tanto só pela integração, mas eu acho que pela interação. Por exemplo, eu estava com o presidente Lula quando ele recebeu a vice presidenta da Colômbia, que é afrodescendente e fiel a sua cultura. Ela falou que dentro do programa dela, de igualdade, tem o respeito aos ancestrais. E foi até interessante ouvir, porque ela mencionou várias etnias, que são etnias que também vieram para o Brasil e etnias também que eu, que lidei muito com a África, com Guiné-Bissau etc., acabei entrando em contato. E ela tem um conhecimento disso que nós aqui não temos. Então, eu acho que isso também vai ser uma influência positiva. O Brasil tem muito a fazer, pelo tamanho, pela cultura, por muita coisa, mas também tem muito que aprender. E esse é um exemplo de uma interessante influência de uma vice presidenta que é mulher e negra.